

A noção de Objeto ⁱ

Alain (Émile Chartier)

Tradução

Philippe Claude Thierry Lacourⁱⁱ; Felipe Matos Lima Meloⁱⁱⁱ; Jade Oliveira Chaia^{iv}; Mariana Mendes Sbervelheri^v; Michelly Alves Teixeira^{vi}; Rogério Santos dos Prazeres^{vii}

Um estudo especial do paladar, do olfato, da audição e da visão, análogo àquele que já fizemos do tato, reteria inutilmente a atenção do leitor, pois supomos que ele conheça a estrutura dos nossos órgãos e das variedades de sensações que a ela correspondem. Um tal estudo seria, de alguma forma, de natureza à nos fazer esquecer o que é essencial, isto é, que as percepções de um sentido supostamente isolado, mesmo que fosse o tato, dificilmente merecem o nome de percepções, e nada se assemelham aos conhecimentos que nossos diferentes sentidos, exercendo-se em conjunto, nos permitem formar a respeito

das coisas que nos cercam. É necessário meditar muito tempo sobre isso, se queremos compreender o que o ilustre Kant explicou, parece, muito sumariamente, isto é, que nossa percepção depende na verdade mais das leis do nosso espírito do que das propriedades dos nossos sentidos.

Sem dúvida é conveniente, e talvez seja necessário, quando ensinamos as primeiras noções da ciência do espírito, de separar umas das outras, as cinco imagens de um objeto, e de se esforçar em escrever exatamente cada uma delas, não colocando nada mais do que aquilo que a estrutura e a função de um

ⁱPublicado originalmente na *Revue de Métaphysique et de Morale*, julho de 1902, pp. 409-421.

ⁱⁱProfessor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Filosofia pela Universidade de Provence Aix Marseille I. E-mail: unb@philippelacour.net. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3226-584X>.

ⁱⁱⁱMestrando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (PPGFIL-UnB). Graduada em Filosofia pela mesma instituição. E-mail: felipemelounb@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9257-405X>.

^{iv}Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (PPGDL-UCDB). Graduada em Direito pela mesma instituição. Graduada em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: jade.joc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-5610>.

^vGraduanda em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Biologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: marisbervelheri@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4923-0160>.

^{vi}Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (PPGFIL-UnB). Graduada em Filosofia pela mesma instituição. E-mail: michellyteixeira@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0842-8824>.

^{vii}Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS-UFG). Mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Letras pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: pleinementperdu@yahoo.fr. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5513-786X>.

sentido isolado permitem explicar. A partir daí será fácil mostrar que a estrutura e as funções dos sentidos não são suficientes para explicar a ligação ou mesmo a reunião dessas cinco imagens em um único objeto. Platão, aqui, será um bom guia. Visto que cada um de nossos sentidos nunca conhece o que os outros sentidos conhecem e nunca o que é comum a todos eles, como o igual ou desigual, o um e os muitos. Em resumo, o único mundo que acreditamos conhecer por seus meios, nada disso será conhecido jamais por um dos sentidos, nem por qualquer outra parte do corpo, pois nenhuma parte pode ser o que os outros são. Por este meio, o discípulo compreenderá que é necessário algum princípio que una realmente todas essas partes distintas e faça das cinco imagens um objeto. Para melhor explicar este ponto, seria também adequado desenvolver o belo problema de Molyneux, de modo a deixar claro que não existe nenhuma analogia natural entre as imagens tátil e visual que pode conduzir um cego de nascença a reconhecer no cubo que ele vê a imagem do cubo que ele tocou. E, em uma palavra, poderemos mostrar que a unidade do objeto não é um fato, que o que é um fato é, no máximo, a ligação das imagens umas às outras, e que ligação não é identidade. Que, por conseguinte, a unidade do objeto só pode ser presumida ou colocada nos termos de alguma exigência teórica, análoga às que nos guiam na construção das ciências; porque, em termos práti-

cos, ou da ação, bastaria uma ligação empírica. E esse será mais um episódio da interminável discussão entre os discípulos de Platão e os de Protágoras.

Mas nós devemos aqui nos contentar menos facilmente, e não esquecer que uma filosofia do espírito é diferente de uma refutação do empirismo. Nós precisamos criticar estas abstrações convenientes que chamamos de imagem tátil e imagem visual; mostrar que não há nenhum fato dado antes da ideia, e especialmente, que não houve primeiro a extensão tátil e a extensão visual, e depois a extensão, mas que, pelo contrário, só existe a extensão tátil ou a extensão visual agora porque primeiro houve a extensão.

Suponhamos, portanto, feito o estudo de nossos diferentes sentidos, suponhamos que tenhamos nos esforçados em descrever seus órgãos, e em deduzir a partir desta estrutura as percepções próprias de cada um deles. Resta compreender que este método é completamente artificial, mesmo quando aplicado ao tato, como fizemos, embora o tato, entretanto, pareça ser, de todos os sentidos, o mais rico em percepções naturais e, como já foi dito muitas vezes, o educador de todos os outros. As percepções que teriam um ser supostamente reduzido ao tato são absolutamente inconcebíveis, e o que se atribui ao tato sozinho é, na realidade, sempre devido a sensações táteis completadas por alguma representação que suponha a visão, a audição ou o olfato.

Dizer, por exemplo, que, apenas pelo tato, percebemos a solidez dos corpos, isso não faz muito sentido. De fato, qual será nossa noção da solidez se, ao mesmo tempo que constatamos que um movimento de nossa mão é interrompido e substituído por uma dor crescente, não percebemos alguma outra maneira atualmente possível de penetrar até outros corpos, ou até outras partes desse corpo, inacessíveis agora ao tato. Quando toco um corpo sólido, é necessário que, para que eu tenha a ideia do sólido, eu represente deste corpo outra coisa do que aquilo que agora estou conhecendo dele pelo tato, pode-se dizer um interior desse corpo, compreendendo as posições que meu tato não pode atingir, e que, ainda assim, estou representando. Este interior do corpo sólido, apenas posso conhecê-lo pelo tato ao quebrar o corpo e reconstruindo-o em seguida com seus pedaços, ou pelo menos imaginando, a partir de experiências anteriores, que o quebro e que apalpo algumas de suas partes interiores. Mesmo assim não se compreende bem como seria possível representar intuitivamente um mesmo corpo como resistente e quebrado; de tal modo que um ser pensante, supostamente reduzido ao sentido do tato, só poderá, ao que parece, raciocinar sobre a solidez, e de jeito nenhum poderá percebê-la. Para os clarividentes cuja visão é suficientemente treinada, uma tal intuição do sólido não é diferente daquela de um corpo transpa-

rente e duro cujas partes interiores, inacessíveis ao tato, são imaginadas por meio da visão como formando juntas um sistema determinado. Se tivéssemos somente o tato, poderíamos talvez conceber e definir com a ajuda da linguagem, e como resultado, também prever o que há no interior de um corpo que nos resiste, mas não teríamos essa intuição que chamamos de percepção. É, portanto, visualmente que represento as partes de um corpo sólido que são inacessíveis ao meu tato. Tocar um sólido, é, simultaneamente, ser impedido por ele e não ser impedido por ele; é tocar e, ao mesmo tempo, conhecer pela visão um outro ato de tocar como possível. Tocar é, ao mesmo tempo, ver.

Dizer então, por exemplo, que apenas o tato pode nos fazer conhecer o relevo ou a profundidade, ou, como dizem de forma bastante obscura, a terceira dimensão do espaço, enquanto a visão só nos faria conhecer um espaço bidimensional, não apresenta um sentido muito claro. Porque, para um homem reduzido unicamente ao tato, todas as dimensões possíveis exprimem um relevo ou uma profundidade, isto é, representam um movimento possível de nosso corpo, e a terceira dimensão, ou melhor, a outra dimensão, seria reduzida à imaginação de um movimento que dividiria os corpos resistentes, ou seja, à imaginação de um movimento atualmente impossível. Ora, se supomos reduzi-lo ao tato, tal imaginação é impossível ou pelo menos vaga e confusa, se

não for complementada por palavras. Pelo contrário, através da visão, experimento sensações que me permitem representar coisas que poderiam ser tocadas, mas que, no entanto, não podem sê-lo no momento, e é assim através da visão que a profundidade, ou a outra dimensão tátil, pode ser objeto de intuição. Com o tato apenas, só podemos colidir com corpos sólidos; graças à visão, ou por algum sentido análogo à visão, podemos representar os sólidos.

Se já é difícil falar das percepções naturais do tato, que dizer da visão? Devemos dizer que a percepção de extensão colorida depende apenas da visão? Essa noção de extensão visual, bastante conveniente no ensino elementar, mas puramente provisória e abstrata, não resiste tampouco à crítica. Se a visão, com efeito, for reduzida a si mesma, ela nos fará experimentar um grande número de sensações que sempre variam qualquer que seja o movimento que nosso corpo faz e, supondo que representamos algumas dessas sensações como possíveis por certos movimentos do corpo, esses movimentos nunca serão submetidos a uma direção constante, porque os corpos que vejo nunca param ou contrariam os movimentos dos meus olhos. Na realidade, a noção de superfície requer, para ser formada, o exercício do tato; assume um movimento de direção constante acompanhado por uma impressão de resistência constante; e uma tal noção não é possível senão pela solidez de certos

corpos. Um ser que fizesse todos os movimentos com igual facilidade em todas as direções, não formaria a ideia de uma superfície, nem de uma superfície plana.

A fim de melhor compreender a insuficiência destas noções, que os que tratam destas questões trocam, no entanto, como moeda fiduciária, consideremos uma afirmação que satisfaz a muita gente: vemos, enquanto a visão não for educada pelo tato, todos os objetos em um plano. Se lhes perguntarem em que plano, dirão, creio, que é em um plano quase vertical situado a uma distância mal determinada, porque é em um plano deste tipo que os pintores estão habituados a nos representar homens, rebanhos e árvores, por justaposição de cores. Mas deve-se notar que o pintor nos representaria igualmente bem tais imagens em um plano inclinado, em relação a nós que estamos olhando, de qualquer forma, e também numa superfície esférica, ou em qualquer superfície completamente irregular, ou mesmo em várias superfícies, situadas uma atrás da outra, e em parte escondidas umas nas outras. Portanto, quando digo: vejo os objetos como se fossem pintados em um plano, estou dizendo algo bastante arbitrário; vejo-os assim, porque gosto de imaginar um plano traçado verticalmente a alguma distância de mim, e no qual as cores seriam distribuídas. Mas essa imaginação em si pressupõe o exercício do tato, pois compreendemos como este plano limi-

taria e regularia, sob certas condições, os movimentos do meu corpo e da minha mão. Isso mostra como é impreciso dizer que a representação de uma extensão plana e colorida é uma percepção natural da visão.

Na realidade, é impossível dizer o que é o ato de ver quando não está presuposta a noção de uma coisa única, que seja ao mesmo tempo tocada e vista, ou concebida como passível disso. E nem mesmo é permitido dizer que as imagens são conhecidas primitivamente por estarem em contato com o próprio olho; o cego de nascença operado de catarata, que queria afastar as imagens visuais com a mão, mostrou que já as considerava objetos tangíveis. E, mesmo que ele tivesse se limitado a experimentar sensações no seu olho, tais sensações já teriam contido a percepção de uma região do seu corpo, de uma coisa tangível, do seu olho.

Digamos então que, quando dizemos que vemos um plano, nós queremos dizer que julgamos por certas sensações visuais que nosso tato estaria condicionado, se fizéssemos certos movimentos, a uma determinada lei. O que vemos são resistências, e a noção visual de superfície nada mais é do que a noção de uma relação entre choques e movimentos, figurada de antemão por justaposições de cores. Assim, da mesma maneira que, sem a visão, não teríamos a intuição da profundidade, sem o tato, não teríamos a intuição da superfície.

Não se deve, portanto, dizer que con-

sigo ver, pelo exercício, a própria coisa que toco; é preciso dizer que vejo apenas coisas, isto é, objetos que posso tocar. E é preciso compreender bem os significados dessas palavras: tocar, ver, ouvir, saborear, cheirar. Porque o fisiologista entende por estas palavras puras abstrações. Para ele, ver é sentir, em uma certa parte do corpo que se chama olho, tremores mais ou menos rítmicos que são acompanhados de algum prazer ou de alguma dor. Na verdade, ele expressa apenas uma coisa, é que o ato de ver está ligado à integridade de um certo corpo, que também pode ser tocado e até mesmo visto. Mas ver, por mais que a visão seja inábil, é qualquer outra coisa. Ver é pensar que tocamos, ouviremos, provaremos e nada mais; tocar é pensar que veremos, ouviremos, provaremos, etc. Isto é o mesmo que dizer com uma linguagem ordinária, mas nesse caso com a compreensão de todo o valor das palavras: vemos e tocamos o universo; e isso quer dizer que nós pensamos o universo, e é assim que se deve entender que nós pensamos o universo, se queremos entender sob a expressão pensar algo mais do que apenas discursos. Ver é sempre ver a coisa mesma que se toca; e, como isso é impossível se decidimos que tocar e ver são como funções do corpo, é preciso entender que ver e tocar é sempre pensar, que perceber já é pensar o universo, como o sábio tenta pensá-lo, e, podemos dizer antecipadamente, de acordo com as mesmas regras. Só há

um meio de explicar e prever o acordo final entre as deduções matemáticas e a experiência, a saber, é mostrar que a própria Natureza supõe, se for apresen-

tada a uma consciência, os princípios e as deduções que encontramos no conhecimento ponderado.

* * *

A fim de descobrir em nossa percepção as próprias leis do pensamento, é necessário, portanto, que nos atenhamos a compreender bem o que é o perceber e o que é o objeto percebido. Perceber não é ser transformado desse ou daquele jeito, é conhecer um objeto como fonte única de sensações múltiplas; é conhecer algo que o tato, a visão e nenhum de nossos sentidos podem sentir: a lei que une o que sente um de nossos sentidos ao que o outro experimenta ou experimentará. E não há para nós objeto senão esta lei. Isto que chamamos “a coisa”, é realmente a representação de uma relação entre nossas sensações e nossos movimentos: conhecer um objeto, é conhecer uma lei. É por isso que os objetos que vejo no espelho são idênticos para mim aos objetos que vejo diretamente; o que conheço, quando vejo um objeto em um espelho, é que, se eu andasse em tal direção, dando aproximadamente tal quantidade de passos, e se eu estendesse a mão, sentiria tais impressões táteis; e é essa antecipação de minhas impressões táteis que chamo de “imagem visual”. Logo, quando digo que as ima-

gens dos objetos no espelho são enganosas, quero dizer que ao andar e estender a mão, não encontro diante dos meus dedos o que eu esperava. A imagem visual, no espelho e em todos os casos, é, portanto, uma regra para tocar tal objeto, isto é, para sentir tal impressão tátil. Essa regra determina os movimentos de minhas pernas e de meus braços, quer dizer, a posição do objeto: conhecer a posição de um objeto é conhecer os movimentos que tenho que fazer para alcançá-lo.

Mas, diremos, o conhecimento de uma tal lei supõe antes dela o conhecimento dos objetos. Não, pois o objeto, como acaba de ser explicado, não é nada mais que essa própria lei. Reencontramos aqui, sob uma forma talvez mais clara, o paradoxo de Kant: o espaço é anterior às coisas. É-me impossível extrair a noção do lugar de um objeto do conhecimento prévio desse objeto, dado que esse objeto só é objeto mediante algum conhecimento do lugar. Se, então, eu me pergunto qual é, em uma história teórica do meu pensamento, a primeira ideia de um objeto, sou obrigado a dizer que essa primeira ideia é a ideia de todo

o Universo, sem nenhuma noção de objeto determinado, isto é, a ideia de um lugar indeterminado, de um espaço vazio e indefinido. É preciso, em outras palavras, que antes de qualquer ideia de um objeto, eu tenha a ideia de uma lei que une todas as minhas sensações possíveis a todos os meus movimentos possíveis. É dentro dessa lei, de algum modo, que eu distinguiria outras leis; é no todo do universo que eu chegaria a discernir objetos.

Essas observações não são de pequeno interesse se quisermos entender as propriedades do Espaço dos geômetras, bem como a identidade desse espaço e do espaço onde as coisas são para nós. Pois o geômetra, ao construir e complicar gradativamente as figuras no espaço, está apenas refazendo um trabalho que qualquer pensamento necessariamente fez e que está envolvido em qualquer percepção. Primeiro devo ter a noção do lugar vazio; é nele em seguida que procuro objetos, ou seja, relações determinadas entre tais sensações e outras. E isto torna possível compreender que primeiro tínhamos que ter a ideia de um espaço homogêneo, isto é, um espaço no qual todos os movimentos sejam igualmente possíveis. Essa propriedade primitiva do espaço é pouco visível agora nas regiões do espaço que conheço bem; mas quanto às regiões que suponho além das estrelas e das nebulosas, eu as concebo e as construo assim como devo ter construído, supostamente, o mundo inteiro, no meu

primeiro despertar. Da mesma forma, a infinidade do espaço deve ser entendida como querendo dizer que, como a ideia do espaço vazio necessariamente precede qualquer possível experiência, eu não posso de forma alguma conceber qualquer experiência, por exemplo, a de um movimento em linha reta, na qual pudesse faltar o espaço. E por fim digo que o espaço é indivisível, pois o conhecimento distinto das partes do espaço tem como condição o conhecimento prévio de um todo do espaço, o que torna absurda a ideia de que o espaço possa ser considerado como uma soma de partes, ou inversamente, possa ser dividido em partes.

Na totalidade do Universo, posta em primeiro lugar, devo descobrir objetos, isto é, relações definidas entre tais e tais sensações. Para isso, devo primeiro saber o efeito de tal movimento; devo, portanto, fazê-lo; de modo que a forma aqui novamente precede a matéria, e que o movimento é necessariamente realizado antes de seu conteúdo. E isso concorda efetivamente com o método dos geômetras. Quando primeiro coloco o ponto, é como se eu dissesse que uma posição era naturalmente uma posição para mim, antes de ser tal objeto, isto é, eu projetei lugares ou posições antes de saber o que estava lá. O ponto dos geômetras expressa exatamente este primeiro termo do nosso conhecimento de um objeto, determinado qualquer, a pura posição sem nenhuma qualidade.

Da mesma forma, a linha reta expressa claramente que a ação pura é anterior a toda ação. Para descobrir essa lei que une sensações com sensações, e que é tudo o que chamo de representação de objeto, é necessário primeiro completar um movimento. Como meu conhecimento do mundo vai do todo aos detalhes, do objeto em geral aos objetos particulares, é necessário que eu determine algumas posições antes de determinar todas elas, e assim que eu me represente o todo de um movimento sem me representar todas as posições intermediárias. Acontece então necessariamente que eu concebo o movimento como, como relação pura e simples entre duas posições antes de conhecer posições intermediárias; e então não terei duas maneiras de ir de um ponto a outro. E devo ter assim determinado posições no mundo, traçando nele linhas retas; porque não pude conhecer da primeira vez, e estou longe de saber ainda hoje, todos os detalhes das regiões do Universo que, porém, melhor conheço. Meu universo é ainda abstrato e simplificado; e ele será cada vez menos, especialmente em certas partes. Mas o Universo sempre foi o Universo inteiro para mim. O recém-nascido quer agarrar o Universo inteiro com as mãos, e traça seus primeiros atos sobre uma mesa de cor uniforme, como fazem hoje aqueles que, voltando metodicamente à infância para entender aos poucos o que é ser um homem, traçam sobre um quadro negro os elementos da

geometria.

O que nos impede de conceber adequadamente essa história teórica, e o que até faz muitos bons espíritos pensá-la de uma outra forma, é que hoje, quando atingimos a idade adulta, nossas ações habituais, ao se entrecruzarem, teceram ao nosso redor um universo repleto de ameaças. Nossa ação não pode mais ser ousadamente direcionada para um fim, pois conhecemos os obstáculos das coisas, e o menor movimento desperta todo um cortejo de dores possíveis; e, como a variedade de nossas sensações se enriquece à medida que nossos sentidos se apuram, como os instrumentos de ampliação nos fazem ver, em um pequeno espaço que parecia homogêneo, na verdade um mundo inteiro, então dizemos, como *novos Heráclitos*, que tudo é absolutamente diverso e mutável na natureza. O que há de agradável é que os novos cétricos partem desta última concepção, que aliás só podemos alcançar em palavras, como se fosse o nosso primeiro pensamento, e dela extraem que o espaço e suas leis, assim como todas as outras formas de ciência, são convenções que expressam a natureza das coisas de maneira muito imperfeita. É, contudo, evidente que, por mais avançados que estejamos no conhecimento dos detalhes do Universo, ainda estamos muito longe de alcançar, seja na percepção, seja na ciência, a natureza de Heráclito, de modo que é esta natureza mesma que é, em comparação com o real em que vive-

mos, uma abstração e um discurso bem feito.

Para demonstrar isso melhor, para mostrar melhor que a percepção procede necessariamente segundo os mesmos princípios que a ciência, consideremos a ciência e a percepção de uma forma natural qualquer. O cientista observa a trajetória de um planeta; ele procura reunir as posições observadas por meio de uma curva, e ele procura em seu arquivo de matemático as curvas mais simples possíveis. Ele as experimenta. Verifica-se que a elipse reúne razoavelmente bem as posições sucessivas deste planeta. Mas todo mundo sabe que ela é solicitada a todo momento por forças de atração variáveis, que fazem com que os estados do universo se expressem na trajetória deste planeta, por uma figura cujo detalhe perfeito exigiria, para ser determinado, um tempo infinito. E o cientista tinha razão ao traçar antecipadamente uma curva simples, porque é somente em relação a essa curva simples que ele poderá perceber o que ele chamará de perturbações. E é assim que, ao complicar pouco a pouco suas formas, o cientista conseguirá expressar cada vez melhor a natureza sem deixar de ser um geômetra. É assim que todos nós fazemos, e todos os dias, desde que nascemos. Escrevo sobre uma mesa retangular. Acho que é retangular, e, imediatamente, penso que ela não é exatamente um retângulo: primeiro percebo uma linha reta, depois distingo deta-

lhes e sinuosidades; mas é apenas em relação a uma linha reta traçada que posso perceber a irregularidade; pois se eu começasse a perceber em que a borda desta mesa não é reta, eu ainda não teria terminado de percebê-la, e Zenão riria de mim com razão, já que eu gostaria de concluir, passando por todos eles, a enumeração dos detalhes desta mesa, os quais não são em número finito. Qualquer coisa que tenha que conhecer, preciso primeiro conhecer um esquema abstrato e simplificado; só então poderei constatar que é insuficiente, modificá-lo e complicá-lo; e isso sem fim. Em outras palavras, se eu não tiver o todo de antemão, não farei o todo com suas partes, porque teria que fazer as partes com as partes primeiro, e eu me perderia no nada. Da mesma maneira, quando concebo uma ação, não posso concebê-la adicionando todas as suas partes umas às outras, pois eu nunca terminaria. E isso também é verdade para a própria ação, se eu fizesse suas partes primeiro, e as partes de suas partes, eu não faria nada. Portanto, em tudo, começo por terminar. Por conseguinte, uma distância muito simples, e determinada unicamente pelo ponto de chegada, é necessariamente anterior às coisas que a preencherão; ela já é, apenas por isso, a reta dos geômetras. Platão disse com razão, portanto, que é em relação ao que é reto e simples que o que não é pode não o ser. É sempre mediante a ideia e na ideia que apreendo a coisa; e apenas posso fazer o complexo

com o simples, e conhecer o dois depois do um. Fora de uma rede de retas, a curva não tem existência nenhuma para ninguém.

É por reflexões desse tipo que seremos levados a compreender que as posições, as formas e as distâncias que conhecemos pelos sentidos são concepções idênticas àquelas que a ciência refletida construirá. Uma teoria da percepção, se nós a seguirmos com paciências, nos conduzirá a compreender que nos representamos as coisas no espaço dos geômetras. Uma tal ideia assim resumida e formulada corre o risco de parecer completamente banal àqueles que a admitem como àqueles que a rejeitam. Os grandes filósofos, aplicando, também, os mesmos princípios que a criança que aprende a perceber, lançaram audaciosamente tais fórmulas por cima de dificuldades incontáveis, e fixaram assim para nós de antemão o fim de nossas especulações. Desse modo faz Platão com suas ideias, Descartes com suas qualidades primeiras, Kant com suas formas a priori. Mas nos resta enriquecer essas filosofias, que não são mais do que fórmulas, e introduzir nelas pouco a pouco toda a natureza. Pois não é a mesma coisa compreender por argumentos que o espaço é anterior à toda experiência, e ter encontrado essa fórmula refletindo sobre diversas questões e estudando o detalhe de nossas percepções. Digamos então, para terminar o que foi dito, que é bem mais difícil compreender os autores do que refutá-

los, e que os estudantes, no lugar de se satisfazer a opor as fórmulas às fórmulas, deveriam fazer a escolha de um autor reconhecido, e lê-lo e comentá-lo até que eles compreendam em que sentido ele tem razão. É assim que é preciso entender que, também nas coisas filosóficas, a crítica é fácil e a arte difícil.

De tudo o que foi explicado acima, podemos concluir de novo que todos esses estudos da estrutura dos órgãos dos nossos sentidos, dos quais se faz tanto barulho hoje, e que se pretende sobrecarregar mais do que é razoável os estudos filosóficos, não nos fazem avançar em nada para a análise das ideias. Pois temos o costume de dizer, por exemplo, que vemos o espaço como o vemos, porque temos o olho feito de uma certa maneira; e é o último argumento dos nossos *Protágoras modernos*, a saber, que o homem é a medida de todas as coisas, o homem, isto é, o corpo do homem. Na verdade, a condição de conhecimento do objeto um, também como do espaço um é, pelo contrário, mais no espírito do que nos sentidos, e não vemos porque o inseto, na medida em que ele tem olhos facetados, seria levado a uma geometria diferente da nossa. Pois, para explicar a relação que apreendemos, por exemplo, entre a vista e o tato, e que chamamos o lugar, não é necessário supor algo diferente disso, a saber, que o objeto não pode mudar de lugar em relação ao ser que percebe, sem que uma mudança qualquer se produza de acordo com uma re-

gra nas sensações desse ser. Ora, essa condição é tão bem satisfeita pelo olho múltiplo do inseto como pelo olho humano, e podemos supor outras estruturas de sentidos, e também leis de transmissão diferentes que as da luz, sem que o problema filosófico da percepção seja modificado. A célebre comparação de Descartes, quando ele fala da muleta do cego, é sempre boa e resume todos os casos possíveis; a muleta pode ser de qualquer forma, e agir sobre nós de qualquer maneira; desde que haja uma regra em tudo isso, a ligação que o ser que percebe estabelecerá entre suas sensações será sempre direção, distância e situação, e sempre a necessidade de conhecer o todo da natureza antes das partes determinará a extensão das coisas primeiramente por retas, e fundará a mesma geometria natural, desde que admitamos apenas que o dois não pode ser conhecido antes do um, nem o curvo antes do reto, Platão não pedia mais, é tal é, talvez, a lei suprema que chamamos a Razão.

Assim, à medida que examinaremos todas as questões enquanto filósofos, quero dizer, quando estudaremos tudo como pensamento ao nos perguntar como pode ser pensado, chegaremos a compreender mais e mais que o mundo em que vivemos está penetrado pela razão, ou que o espírito é imanente à natureza, afirmações tão antigas quanto a própria filosofia, mas que são, afinal, apenas palavras para o leitor, enquanto não as tenha encontrado ele mesmo,

com grande dificuldade, na natureza das coisas. É assim que acontece aos novos céticos, e especialmente aos mais jovens, opor ao mundo abstrato que a ciência constrói, o mundo concreto, o mundo real em que devemos viver, nós seres vivos; eles nos pedem, em nome das necessidades de ação, que sacrifiquemos ideias à natureza das coisas, e eles assumem que a natureza das coisas é realmente, para um homem vivo e pensante, a abstração de Heráclito e de Protágoras, ou seja, mudança e diversidade, e nada mais. Ora, um tal mundo não é um objeto de conhecimento em nenhum sentido, nem um objeto de ciência, nem um objeto de percepção, nem um objeto de qualquer experiência, como foi explicado. De tal mundo, suposto como condição material do progresso de nosso conhecimento, de tal mundo realmente externo à mente e que, portanto, só tem realidade no discurso, ninguém pode pensar nada. Mas também este não é o mundo em que vivemos. Vivemos no mundo que vemos e tocamos, no mundo que pensamos; e assim pensar bem e viver bem são inseparáveis, longe de poderem colocá-los um contra o outro. E sem dúvida a ação exige sempre algum sacrifício de nossa parte, porque não conhecemos tudo. Mas não é o sacrifício de nossas ideias que nos exige a razão prática, é, ao contrário, o sacrifício do mundo de Heráclito, do imprevisto e do imprevisível. Dizer que o homem é um ser moral é dizer que o homem

deve agir com suas ideias como se essas ideias fossem completas e perfeitas, e poderíamos dizer que a regra moral é esta: sempre aja como se suas ideias mais claras representassem exatamente

a ordem do mundo. É assim que a máxima popular deve ser entendida: faça o que deve, advenha o que possa acontecer.

Referências

CHARTIER, E. L'idée d'objet. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 10, no. 4, 1902, pp. 409-421. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40892684>.

Recebido: 20/07/2021

Aprovado: 14/08/2021

Publicado: 31/08/2021